

lei: 7914 de 17-06-96

DOM - 10912 de 07-08-96

Republicado por incorreção.



## CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA



Lei: 079141996

Projeto: 00131996

Autor: JOSE MARIA PONTES

Assunto: RESTRINGIR ACESSO PESSOAS



30 / 01 / 96

PROJETO DE LEI Nº 013/96

INTERESSADO VEREADOR: JOSÉ MARIA PONTES

ASSUNTO: DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DE RESTRINGIR O ACESSO DE PESSOAS

ÀS ENTRADAS, ELEVADORES E ESCADAS DE EDIFÍCIOS DE QUALQUER NATUREZA

EM VIRTUDE DE ORIGEM, RAÇA, SEXO, COR, CONDIÇÃO SOCIAL, DOENÇA E

OUTRAS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO.

**DIGITALIZADO**

EM: 07.11.00

lei nº 7914 de 17.06.96

Baltazar Roberto Rocha  
FUNCIONÁRIO

Dom nº 10885 de 12.07.96

Republicado por incorreção DOM 10895 de 15.07.96

Dom nº 10912 de 07.08.96 republicado por incorreção

Veto Parcial mantido em 11.09.96

Arquivo 16.09.96



## CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA

LEI Nº **79143** DE 17 DE junho

DE 1996

Dispõe sobre a proibição de restringir o acesso de pessoas às entradas, elevadores e escadas de edifícios de qualquer natureza em virtude de origem, raça, sexo, cor, condição social, doença e outras formas de discriminação.

A CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - É vedada a restrição do acesso de pessoas às entradas, elevadores e escadas de edifícios de qualquer natureza em virtude de origem, raça, sexo, cor, condição social, doença e outras formas de discriminação.

Art. 2º - Para garantir o disposto no artigo 1º, é obrigatória a colocação de avisos nas entradas, nos elevadores e escadas no interior dos edifícios, a fim de assegurar o conhecimento da presente lei.

Parágrafo único - Os avisos de que trata o "caput" desse artigo devem configurar-se em forma de cartaz, placa ou plaqueta, com os seguintes dizeres:

"É proibida qualquer restrição do acesso de pessoas às entradas, elevadores e escadas no interior de edifícios, de qualquer destinação, em virtude de origem, raça, sexo, cor e outras formas de discriminação".

Art. 3º - Fica obrigado o administrador ou síndico do edifício, no prazo de 60 (sessenta) dias a partir da publicação desta lei, providenciar a colocação do aviso nos locais determinados.



## CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA

Art. 4º - Fica o Poder Executivo obrigado a desenvolver um conjunto de ações de cunho educativo e de combate à discriminação racial, de cor, sexo, origem, condição social, doença ou qualquer outro tipo de preconceito nos serviços públicos e demais atividades exercidas na cidade.

Art. 5º - O Poder Executivo providenciará e designará o órgão que fiscalizará o cumprimento do disposto nesta lei.

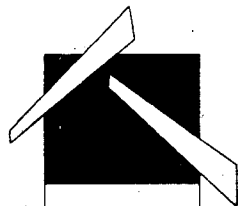
Art. 6º - Do descumprimento do artigo 3º desta lei resultará multa no valor de 30 (trinta) UFMEF, sendo esta aumentada em 100% no caso de reincidência.

Art. 7º - O não cumprimento desta lei acarretará ao infrator a responsabilidade criminal cabível.

Art. 8º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DA CIDADE, EM 17 DE Junho DE 1996.

ANTONIO ELBANO CAMBRAIA  
Prefeito de Fortaleza



**CÂMARA  
MUNICIPAL  
DE FORTALEZA**

a casa é sua

Refinado 91  
72hs

A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO  
JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

DATA: 16/02/96

PROJETO DE LEI No. 013/96

Aprovado em 2ª Discussão

Em 11/04/96

Aprovado em 1ª Discussão

Em 20/03/96

Dispõe sobre a proibição de restringir o acesso de pessoas às entradas, elevadores e escadas de edifícios de qualquer natureza em virtude de origem, raça, sexo, cor, condição social, doença e outras formas de discriminação.

A COMISSÃO DE REDAÇÃO FINAL

Em 11/04/96

A Câmara Municipal de Fortaleza decreta:

**Art. 1o.** - É vedada a restrição do acesso de pessoas às entradas, elevadores e escadas de edifícios de qualquer natureza em virtude de origem, raça, sexo, cor, condição social, doença e outras formas de discriminação.

**Art. 2o.** - Para garantir o disposto no artigo 1o., é obrigatória a colocação de avisos nas entradas, nos elevadores e escadas no interior dos edifícios, a fim de assegurar o conhecimento da presente lei.

**Parágrafo Único** - Os avisos de que trata o "caput" desse artigo devem configurar-se em forma de cartaz, placa ou plaqueta, com os seguintes dizeres:

"É proibida qualquer restrição do acesso de pessoas às entradas, elevadores e escadas no interior de edifícios, de qualquer destinação, em virtude de origem, raça, sexo, cor e outras formas de discriminação."

**Art. 3o.** - Fica obrigado o administrador ou síndico do edifício, no prazo de 60 (sessenta) dias a partir da publicação desta lei, providenciar a colocação do aviso nos locais determinados.

**Art. 4o.** - Fica o Poder Executivo obrigado a desenvolver um conjunto de ações de cunho educativo e de combate à discriminação racial, de cor, sexo, origem, condição social, doença ou qualquer outro tipo de preconceito nos serviços públicos e demais atividades exercidas na cidade.

**Art. 5o.** - O Poder Executivo providenciará e designará o órgão que fiscalizará o cumprimento do disposto nesta lei.

**Art. 6o.** - Do descumprimento do artigo 3o. desta lei resultará multa no valor de 30 (trinta) UFME, sendo esta aumentada em 100% no caso de reincidência.

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO  
DESIGNO O VEREADOR EDALMIR  
FEITOSA COMO RELATOR  
Em 22/02/96  
Presidente



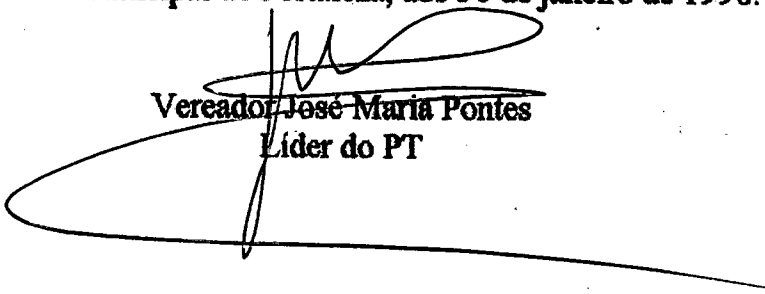
**CÂMARA  
MUNICIPAL  
DE FORTALEZA**

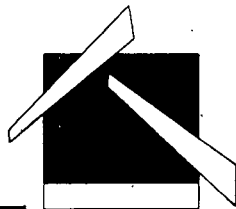
*a casa é sua*

**Art. 7o. - O não cumprimento desta lei acarretará ao infrator a responsabilidade criminal cabível.**

**Art. 8o. - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.**

**Sala das Sessões da Câmara Municipal de Fortaleza, aos 30 de janeiro de 1996.**

  
**Vereador José Maria Pontes**  
**Líder do PT**



**CÂMARA  
MUNICIPAL  
DE FORTALEZA**

*a casa é sua*

## **JUSTIFICATIVA**

Nossa Constituição Federal em seu artigo 5º, assegura a igualdade de todos perante a lei, sem que haja distinção de qualquer natureza. Tendo como base este dispositivo, apresentamos este projeto de lei que acaba com situações discriminatórias e constrangedoras que ocorrem em alguns edifícios e demais espaços públicos e privados.

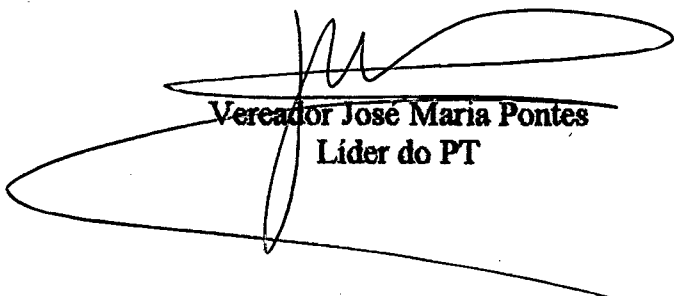
Sabemos que vários edifícios públicos ou privados possuem dois tipos de elevadores: o social e o de serviço. Atualmente os conceitos desses dois tipos têm sido vistos de modo equivocado pela sociedade em geral. Costuma-se entender que o elevador de serviço deve ser utilizado por empregados dos apartamentos, sendo o social exclusivo dos moradores do edifício.

Este projeto de lei visa esclarecer esta distinção. Entendemos que o elevador de serviço deve ser utilizado sempre que a pessoa, tanto morador quanto empregado, estiver deslocando cargas. Ou seja, o elevador de serviço tem a função de transportar, a exemplo, moradores com compras de supermercado, empregados com produtos de limpeza, terceiros ou profissionais em obras ou reparos ou pessoas que estiveram realizando mudança de residência.

Ao contrário, o elevador social deve ter a função de transportar pessoas, moradores, empregados ou visitantes, desde que estes não estejam deslocando cargas. Deve ser o meio normal de transporte de pessoas as quais utilizam as dependências dos edifícios.

O entendimento dado por este projeto à função desses dois tipos de elevadores busca assegurar o princípio constitucional da igualdade sem qualquer tipo de distinção, o qual é a base de um Estado Democrático de Direito.

Considerando a importância da conquista dos direitos da população, a defesa da dignidade humana e da cidadania, excluindo qualquer tipo de situação vexatória, apresentamos o projeto de lei e conclamamos a todos os nossos pares à aprovarem a referida proposição.



Vereador José Maria Pontes  
Líder do PT



CÂMARA MUNICIPAL  
DE FORTALEZA

A ORDEM DO DIA

13/08/96

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E  
REDAÇÃO FINAL

Presidente

PARECER Nº 52 /96

AO PROJETO DE LEI Nº 013/96

O presente Projeto de autoria do nobre Vereador José Maria Pontes, procura coibir as restrições que por decisões de Condôminos, veda o direito de ir e de vir ou seja a locomoção dos nossos concidadãos nos elevadores de públicos ou privados.

Em verdade esse abuso não deve perdurar e a iniciativa do Vereador tem respaldo dentro dos cânones constitucionais.

Manifesto-me pela procedência da matéria.

Este é o nosso parecer, S.M.J.

SALA DAS SESSÕES DAS COMISSÕES PERMANENTES DA CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA, EM 06 DE março DE 1996.

Idalmir Freitas Relator

Barbosa Ferreira

Se

Jonas Noronha

Presidente



## CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA

A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL, DÁ A SE  
GUINTE REDAÇÃO AO PROJETO DE LEI Nº 013/96.

**APROVADO**

EM 26 / 04 / 96

*Olly 7.:*

**A ORDEM DO DIA**

26 / 04 / 96

*Olly 7.:*  
Presidente

Dispõe sobre a proibição de restringir o acesso de pessoas às entradas, elevadores e escadas de edifícios de qualquer natureza em virtude de origem, raça, sexo, cor, condição social, doença e outras formas de discriminação.

A CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA DECRETA:

Art. 1º - É vedada a restrição do acesso de pessoas às entradas, elevadores e escadas de edifícios de qualquer natureza em virtude de origem, raça, sexo, cor, condição social, doença e outras formas de discriminação.

Art. 2º - Para garantir o disposto no artigo 1º, é obrigatória a colocação de avisos nas entradas, nos elevadores e escadas no interior dos edifícios, a fim de assegurar o conhecimento da presente lei.

Parágrafo único - Os avisos de que trata o "caput" desse artigo devem configurar-se em forma de cartaz, placa ou plaqueta, com os seguintes dizeres:

"É proibida qualquer restrição do acesso de pessoas às entradas, elevadores e escadas no interior de edifícios, de qualquer destinação, em virtude de origem, raça, sexo, cor e outras formas de discriminação".

Art. 3º - Fica obrigado o administrador ou síndico do edifício, no prazo de 60 (sessenta) dias a partir da publicação desta lei, providenciar a colocação do aviso nos locais determinados.





## CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA

Art. 4º - Fica o Poder Executivo obrigado a desenvolver um conjunto de ações de cunho educativo e de combate à discriminação racial, de cor, sexo, origem, condição social, doença ou qualquer outro tipo de preconceito nos serviços públicos e demais atividades exercidas na cidade.

Art. 5º - O Poder Executivo providenciará e designará o órgão que fiscalizará o cumprimento do disposto nesta lei.

Art. 6º - Do descumprimento do artigo 3º desta lei resultará multa no valor de 30 (trinta) UFMF, sendo esta aumentada em 100% no caso de reincidência.

Art. 7º - O não cumprimento desta lei acarretará ao infrator a responsabilidade criminal cabível.

Art. 8º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SALA DAS SESSÕES DAS COMISSÕES PERMANENTES DA CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA, EM 22 DE abril DE 1996.

PRESIDENTE

*João Nery*  
*João Nery*  
*Idalmei Seitor*

A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO  
JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

DATA: 26.1.96

Presidente

MANTIDO O VETO

PRESIDENTE

MENSAGEM N.

00547  
96

VETO PREFEITORAL

CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA	
PROTOCOLO	Nº. 372
DATA:	18/06/96
HORA:	14:00h
Ditador	
Fuselario	

Senhor Presidente,

20.06.96

Valendo-me da competência deferida pela regra emanada do art. 76, inciso IV, da Lei Orgânica do Município, comunico a Vossa Excelência, ter decidido apor **VETO PARCIAL** ao autógrafo de lei da autoria do nobre Vereador JOSÉ MARIA PONTES, o qual "DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DE RESTRINGIR O ACESSO DE PESSOAS ÀS ENTRADAS, ELEVADORES E ESCADAS DE EDIFÍCIOS DE QUALQUER NATUREZA EM VIRTUDES DE ORIGEM, RAÇA, SEXO, COR, CONDIÇÃO SOCIAL, DOENÇA E OUTRAS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO."

**RAZÕES**

Embora reconheça como louvável a preocupação do ilustrado proponente com o tema, vejo-me na contingência de apor veto parcial ao presente autógrafo de lei por razões de interesse público

A igualdade perante a lei e a consequente proibição de discriminações baseadas em sexo, cor, condição social, constitui uma garantia fundamental do cidadão, nos termos do art. 5º, I, da Constituição Federal, de maneira assumir inegável importância toda política pública que se destina a concretizar o preceito constitucional em tela.

Todavia, o art. 6º do presente autógrafo, ao estipular a pena de multa a ser aplicada aos infratores do preceito em questão, utiliza-se de padrão não mais existente no ordenamento jurídico municipal, tendo em vista que a Lei n. 7852, de 12 de dezembro de 1995 converteu a UFMF- Unidade Fiscal do Município de Fortaleza em UFIR, Unidade Fiscal de Referência, à razão de 25,31 UFIR por UFMF.

Obviamente, nada impede que legislação posterior venha a dispor a respeito de penalidades pecuniárias, calculadas com base no padrão ora vigente, a serem cominadas pela inobservância das regras veiculadas através da proposição legislativa em análise.

Ressalte-se, outrossim, que o surgimento da responsabilidade criminal pela violação dos preceitos do presente autógrafo dependeria da tipificação legal da ação ou omissão dos agentes, o que apenas pode ser feito através de lei federal, tendo em vista a competência privativa da União para legislar sobre Direito Penal (Constituição Federal, art. 22, I), restando assim prejudicado o art. 7º do presente projeto.

Com tais explanações, e não sem lamentar, justifico a aposição de **VETO PARCIAL** e submeto estas Razões à apreciação de Vossa Excelência, e de seus dignos Pares.

PALÁCIO DA CIDADE, em

17 de junho de 1996.

COMISSÃO DE Legislação  
DESIGNO O VEREADOR Luís Átila Holanda Bezerra  
COMO RELATOR  
Em 06/06/96

Antonio Elbano Cambraia  
ANTONIO ELBANO CAMBRAIA  
PREFEITO DE FORTALEZA

EXMO.SR. Presidente

VEREADOR LUÍS ÁTILA HOLANDA BEZERRA  
DD. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA  
N E S T A

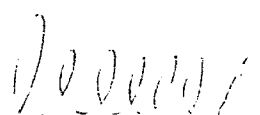


Ofício nº 928 /96.

Fortaleza, 29 de abril de 1996.

Senhor Prefeito:

Na conformidade do artigo 47 da Lei Orgânica Municipal, tenho a satisfação de encaminhar a V.Exa., o presente autógrafo de Lei aprovado por esta Câmara, de autoria do vereador **JOSÉ MARIA PONTES** que **"DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DE RES-TRINGIR O ACESSO DE PESSOAS ÀS ENTRADAS, ELEVADORES E ESCADAS DE EDIFÍCIOS DE QUALQUER NATUREZA EM VIRTUDES DE ORIGEM, RAÇA, SEXO, COR, CONDIÇÃO SOCIAL, DOENÇA E OUTRAS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO"**.

  
Vereador Luis Átila Bezerra  
Presidente

Exmo.Sr.

Dr. Antônio Elbano Cambraia

Prefeito Municipal de Fortaleza

Nesta



## CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA

LEI Nº

DE

DE

DE 1996

Dispõe sobre a proibição de restringir o acesso de pessoas às entradas, elevadores e escadas de edifícios de qualquer natureza em virtude de origem, raça, sexo, cor, condição social, doença e outras formas de discriminação.

A CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - É vedada a restrição do acesso de pessoas às entradas, elevadores e escadas de edifícios de qualquer natureza em virtude de origem, raça, sexo, cor, condição social, doença e outras formas de discriminação.

Art. 2º - Para garantir o disposto no artigo 1º, é obrigatória a colocação de avisos nas entradas, nos elevadores e escadas no interior dos edifícios, a fim de assegurar o conhecimento da presente lei.

Parágrafo único - Os avisos de que trata o "caput" desse artigo devem configurar-se em forma de cartaz, placa ou plaqueta, com os seguintes dizeres:

"É proibida qualquer restrição do acesso de pessoas às entradas, elevadores e escadas no interior de edifícios, de qualquer destinação, em virtude de origem, raça, sexo, cor e outras formas de discriminação".

Art. 3º - Fica obrigado o administrador ou síndico do edifício, no prazo de 60 (sessenta) dias a partir da publicação desta lei, providenciar a colocação do aviso nos locais determinados.



## CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA

Art. 4º - Fica o Poder Executivo obrigado a desenvolver um conjunto de ações de cunho educativo e de combate à discriminação racial, de cor, sexo, origem, condição social, doença ou qualquer outro tipo de preconceito nos serviços públicos e demais atividades exercidas na cidade.

Art. 5º - O Poder Executivo providenciará e designará o órgão que fiscalizará o cumprimento do disposto nesta lei.

Art. 6º - Do descumprimento do artigo 3º desta lei resultará multa no valor de 30 (trinta) UFMF, sendo esta aumentada em 100% no caso de reincidência.

Art. 7º - O não cumprimento desta lei acarretará ao infrator a responsabilidade criminal cabível.

Art. 8º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DA CIDADE, EM        DE        DE  
1996.

ANTONIO ELBANO CAMBRAIA  
Prefeito de Fortaleza



## CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA

### Departamento Legislativo

Data 24 / 06 / 96

VETO AO PROJETO DE LEI Nº 013 / 96

MENSAGEM 0054

Veto Parcial

ASSUNTO DO PROJETO

Dispõe sobre a proibição de restringir o acesso de  
pessoas às entradas, elevadores e escadas de edi-  
fícios de qualquer natureza, em virtude de origem, raça,  
sexo, cor, condição social, doença e outras formas de  
discriminação

AUTOR Ves. José Maria Pontes



## CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA

LEI Nº **7914** DE 17 DE junho

DE 1996

Dispõe sobre a proibição de restringir o acesso de pessoas às entradas, elevadores e escadas de edifícios de qualquer natureza em virtude de origem, raça, sexo, cor, condição social, doença e outras formas de discriminação.

A CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - É vedada a restrição do acesso de pessoas às entradas, elevadores e escadas de edifícios de qualquer natureza em virtude de origem, raça, sexo, cor, condição social, doença e outras formas de discriminação.

Art. 2º - Para garantir o disposto no artigo 1º, é obrigatória a colocação de avisos nas entradas, nos elevadores e escadas no interior dos edifícios, a fim de assegurar o conhecimento da presente lei.

Parágrafo único - Os avisos de que trata o "caput" desse artigo devem configurar-se em forma de cartaz, placa ou plaqueta, com os seguintes dizeres:

"É proibida qualquer restrição do acesso de pessoas às entradas, elevadores e escadas no interior de edifícios, de qualquer destinação, em virtude de origem, raça, sexo, cor e outras formas de discriminação".

Art. 3º - Fica obrigado o administrador ou síndico do edifício, no prazo de 60 (sessenta) dias a partir da publicação desta lei, providenciar a colocação do aviso nos locais determinados.



## CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA

Art. 4º - Fica o Poder Executivo obrigado a desenvolver um conjunto de ações de cunho educativo e de combate à discriminação racial, de cor, sexo, origem, condição social, doença ou qualquer outro tipo de preconceito nos serviços públicos e demais atividades exercidas na cidade.


Art. 5º - O Poder Executivo providenciará e designará o órgão que fiscalizará o cumprimento do disposto nesta lei.

Art. 6º - Do descumprimento do artigo 3º desta lei resultará multa no valor de 30 (trinta) UFMF, sendo esta aumentada em 100% no caso de reincidência.

Art. 7º - O não cumprimento desta lei acarretará ao infrator a responsabilidade criminal cabível.

Art. 8º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DA CIDADE, EM 17 DE junho DE 1996.

  
ANTONIO ELBANO CAMBRAIA  
Prefeito de Fortaleza





## CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA

Art. 4º - Fica o Poder Executivo obrigado a desenvolver um conjunto de ações de cunho educativo e de combate à discriminação racial, de cor, sexo, origem, condição social, doença ou qualquer outro tipo de preconceito nos serviços públicos e demais atividades exercidas na cidade.

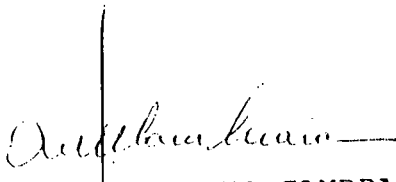
Art. 5º - O Poder Executivo providenciará e designará o órgão que fiscalizará o cumprimento do disposto nesta lei.

Art. 6º - Do descumprimento do artigo 3º desta lei resultará multa no valor de 30 (trinta) DMF, sendo esta aumentada em 100% no caso de reincidência.

Art. 7º - O não cumprimento desta lei acarretará ao infrator a responsabilidade criminal cabível.

Art. 8º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DA CIDADE, EM 11 DE Junho DE 1996.

  
ANTONIO ELBANO CAMBRAIA  
Prefeito de Fortaleza